A “COLABORAÇÃO” INDUZIDA: O ICMS EDUCACIONAL E A ADESÃO DOS MUNICÍPIOS ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO TOCANTINS

Vitória dos Santos Cirqueira [1]
Hélida Brilhante de Jesus Queiroz [2]
Cleomar Locatelli [3]

RESUMO

Este trabalho trata da instituição e implantação do ICMS Educacional no estado do Tocantins. O objetivo é analisar em que medida a adesão unânime dos 136 municípios tocantinenses ao Programa de Fortalecimento da Educação (PROFE) e à Política Estadual de Alfabetização (Alfabetiza Mais Tocantins), programas que são apresentados como uma espécie de apoio ao alcance das condicionalidades do ICMS Educacional, reflete o princípio do regime colaborativo. Os dados reunidos têm origem em duas fontes principais: a) regulamentação referente ao financiamento educacional, com destaque para Decreto Estadual nº 6.883, de 27 de dezembro de 2024, sancionada pelo governo estadual e publicada no Diário Oficial nº 6.725, que institui as condicionalidades referentes à distribuição do ICMS Educacional no estado e a documentação de orientação e gestão operacional dos programas mencionados; b) diálogo com duas representantes do estado do Tocantins, sendo, uma da Superintendência Regional de Educação (SRE) de Araguaína, e outra responsável pelo setor de Gerência de Análise e Gestão do ICMS Educacional na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). O referencial teórico baseia-se na discussão crítica sobre a implementação das políticas de financiamento educacional, vinculação de recursos por resultado e os efeitos dos incentivos financeiros na relação federativa subnacional, com autores como Prado, Souza et al., Rezende e Afonso, Arretche, dentre outros. Os resultados indicam que Tocantins alinhou institucionalmente as duas políticas supracitadas aos eixos dos critérios e indicadores de distribuição do ICMS Educacional, resultando na adesão condicionada dos municípios às políticas, evidenciando o distanciamento do princípio colaborativo e se efetivando como uma centralização disfarçada de cooperação. Por fim, o ICMS Educacional nesse território configura-se como um mecanismo indutor de práticas na gestão municipal provenientes da pressão que essa política exerce para a constante evolução dos resultados, utilizando os incentivos financeiros como mecanismos de subordinação.

Palavras-chave: ICMS Educacional, Políticas Educacionais, Tocantins, Regime Colaborativo, Indução Financeira.

[1] Mestranda do Curso Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal do Norte do Tocantins- UFNT, do CEHS de Tocantinópolis-TO, vitoria.cirqueira@ufnt.edu.br;
[2] Mestranda do Curso Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal do Norte do Tocantins- UFNT, do CEHS de Tocantinópolis-TO, helida.queiroz@ufnt.edu.br;
[3] Professor orientador: Docente titular do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, do CEHS de Tocantinópolis-TO, cleomar.locatelli@ufnt.edu.br.